

Parlamentar já deixa Brasília

O Congresso Nacional deve retomar seu recesso a partir de terça-feira, quando será lida em plenário a Medida Provisória nº 36, assinada pelo presidente da República em exercício, deputado Ulysses Guimarães. O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), acha que os parlamentares só retornam ao trabalho depois do carnaval, ou talvez em 15 de fevereiro, na abertura do ano legislativo. Ele explicou que agora não há pressa na apreciação das outras medidas, que podem até ser convertidas em projeto de lei para uma tramitação mais demorada.

Tanto Ibsen quanto o senador Ronan Tito, líder do PMDB no Senado, consideram que as matérias das demais medidas provisórias são relevantes mas não urgentes, como era o congelamento de preços e salários decidido pelo Congresso na madrugada de ontem. Tito prevê que elas podem ser votadas entre 13 e 14 deste mês; Ibsen acha que

elas podem ser convertidas em projeto de lei, após o esgotamento do prazo Constitucional de 30 dias para sua apreciação no Legislativo. Este período se encerra no dia 15 de fevereiro, quando será aberto o ano legislativo.

Para Ibsen, assuntos como a privatização de empresas estatais não devem ser tratados com pressa, dai o PMDB defender a transformação das medidas em projetos de lei. Com isto, o Legislativo teria um tempo maior para apreciar as matérias e ganharia o direito de emendá-las, além de ter a possibilidade de ampla discussão.

“O Legislativo agora não tem mais o componente dramático, da medida do congelamento, para enfrentar”, avaliou ainda Ibsen Pinheiro. Por isto, os parlamentares voltam a Brasília na terça-feira para a leitura em plenário da Medida Provisória baixada por Ulysses Guimarães, e depois passam o carnaval longe do Congresso. Não há qualquer pressa também para a

apreciação da medida assinada pelo presidente em exercício, pois seu prazo de 30 dias se esgota em 27 de fevereiro e ela só será aplicada em março.

A bancada do PSDB continua em Brasília neste final de semana para uma reunião de avaliação do trabalho de votação das medidas econômicas do Governo. Ontem o deputado Neilton Friedrich (PSDB/PR) esclareceu que o partido saiu unido daquela apreciação, apesar da divisão inicial sobre a votação de um requerimento de inversão de pauta para que o congelamento fosse apreciado antes das demais matérias.

Aparentemente, o PSDB trabalhou junto com os partidos de esquerda até determinado ponto da votação, mas reconheceu que a medida assinada por Ulysses Guimarães trazia algumas vantagens para o trabalhador. Por achar que esta matéria merecia uma análise aprofundada da bancada, os parlamentares quiseram ganhar tempo para garantir os ganhos.